

DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: MODELO DE ATUAÇÃO DE UMA ESCOLA

Kize de Oliveira Silva¹

Etelclície Coelho Fernandes Luiz de Matos²

Marcelly Cavaleiro de Andrade³

RESUMO

O presente estudo de caso fomenta uma discussão sobre dificuldades de aprendizagem, as estratégias utilizadas para identificar as mesmas, bem como o processo de inclusão em sala de aula, mediante uma análise de dados de uma Escola Pública de Ensino Fundamental que atende 348 alunos. O objetivo desse estudo foi identificar quais métodos didáticos são utilizados pelo professor para evidenciar as dificuldades de aprendizagem, verificar as práticas educacionais utilizadas para promover o aprendizado. A investigação ocorreu por meio de entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica, vice-diretora, orientadora educacional, professor de sala de recurso multifuncional e professores atuantes e observações in loco. Resultou-se a partir dessas proposições que 38 alunos são institucionalmente considerados com dificuldades de aprendizagem. Percebe-se que a escola tem proporcionado atendimentos via sala de recurso independente de educandos com laudos, sendo utilizada frequentemente com uma expectativa de promoção da aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Foi possível evidenciar a dificuldade da escola em lidar com propostas pedagógicas de promoção da aprendizagem e a limitação no modelo de atuação da gestão. Faz-se relevante pensar sobre a influência das políticas educacionais, considerar que as práticas sociais causam impactos na formação da subjetividade do indivíduo, pois em meio ao contexto das dificuldades de aprendizagem, o educando com dificuldade não tem se beneficiado da escola que está sendo oferecida.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem; práticas educacionais; promoção da aprendizagem.

Introdução

A escola como espaço institucional formador de cidadãos é constituída por crianças e adolescentes com aspectos sociais, étnicos raciais, gênero e econômicos distintos, que influenciam a construção da identidade do sujeito e processo de ensino-aprendizagem. Diante das diversidades que margeiam o sistema educacional tendencioso a homogeneização,

¹Psicóloga, Acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus Ariquemes. kize_oliveira@hotmail.com;

²Acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus Ariquemes. telzinha_coelho@hotmail.com;

³Acadêmica do Curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus Ariquemes. marcy8landrade@gmail.com.

torna-se mais comum à produção de uma multiplicidade de diagnósticos relacionados a problemas de aprendizagem. Simplificam-se as determinações dos sofrimentos ocorridos na infância sem ponderar o contexto social, e no lugar de um psiquismo em estruturação, supõe-se um déficit neurológico (GUARIDO, 2010).

No bojo de evidentes mudanças do cenário educacional, este artigo é resultado de discussões realizadas na universidade por acadêmicos do curso de pedagogia em relação à gestão educacional, seminários voltados para dificuldades de aprendizagem, refletindo sobre estratégias utilizadas para identificar às mesmas e promover ensino-aprendizagem de crianças que apresentam dificuldades, bem como o processo de inclusão em sala de aula. Partindo dessa premissa, as discussões sobre a medicalização, dificuldades e ações das instituições em relação aos problemas de aprendizagem, instigou a motivação a partir de atuações vivenciadas no âmbito da psicologia escolar e estágio acadêmico.

Cabe ressaltar que no decorrer do processo de construção desse artigo, geraram-se reflexões e questionamentos a cerca das políticas educacionais que margeiam a escola em questão. A falta de recurso, capacitação/conhecimento, espaço adequado e uma equipe escolar reduzida, alteram o fazer pedagógico de qualidade? Essas fragilidades podem justificar a utilização da sala de recurso como estratégia de atendimento a alunos considerados com problemas de aprendizagem? O educando quando começa apresentar dificuldade de aprendizagem logo é caracterizado com Dislexia e/ou TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade? Será que após a solicitação de uma avaliação médica e seu resultado, a escola consegue mudar as práticas educacionais?

Ante aos anseios relacionados a crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de escolarização, aumento de crianças com laudo nas escolas, percebe-se a necessidade de buscar estratégias que vise fomentar um repensar sobre a caracterização do aluno com problemas de aprendizagem no âmbito escolar, coletivizando práticas de formação, qualidade, valorizando a subjetividade do indivíduo, enfrentando os processos inadequados, irresponsáveis de medicalização e patologização, bem como lutar por políticas públicas que proporcionem desenvolvimento acerca da capacidade humana de representação.

Considerando que a dificuldade de aprendizagem perpassa por distintas condições vivenciadas pelo indivíduo, segundo Diaz (2011, apud BRUNET, 1999, p. 27):

As dificuldades da aprendizagem são um termo genérico que designa um conjunto heterogêneo de perturbações que se manifestam pelas dificuldades persistentes na aquisição e na utilização da escuta, da palavra, da leitura, da escrita, do raciocínio ou das matemáticas, ou das habilidades sociais.

Essa consideração apresenta preceitos biologizantes e patologizantes, fomentando a culpabilização do educando pelo seu fracasso escolar. Aquele que não aprende, é responsabilizado pelo seu insucesso, abrindo espaço para validar que as dificuldades escolares do aluno são advindas de um contexto médico.

Pensar a escola como um espaço de socialização privilegiado para a educação incondicional do indivíduo faz-se relevante ponderar os aspectos cognitivos, as dimensões afetivas, bem como, as relações sociais que oportunizam o processo de escolarização.

No bojo dos processos educacionais na atualidade, é possível cogitar que as dificuldades enfrentadas pelas crianças no sistema educacional são acontecimentos produzidos por uma rede de afinidades entre a criança com a família, a escola e com a totalidade socioeconômica que influencia as políticas educacionais. Patto fomenta:

A crença de que os integrantes das classes populares são lesados do ponto de vista das habilidades perceptivas, motoras, cognitivas e intelectuais está disseminada no pensamento educacional brasileiro [...]. O poder desta crença é tão grande – dadas as suas profundas raízes na cultura brasileira. (PATTO, 1988, p. 75).

A tentativa em justificar a dificuldade de aprendizagem de crianças pela sua vulnerabilidade margeia o processo de reformas educacionais, empoderando a existência de uma carência cultural. Mas, vale ressaltar que no âmbito das dimensões pedagógicas e pelo viés da psicologia já é possível indagar sobre a inadequação da escola para receber os educandos da classe popular.

Rotineiramente têm-se discutido sobre as dificuldades relacionadas à aprendizagem e seu entorno, de modo que, muitas teorias apresentam distinta compreensão sobre o tema, propiciando diversos entendimentos no espaço escolar. É notório que no contexto das dificuldades de aprendizagem, muito se fala sobre a Dislexia, numa perspectiva de dificuldade na aquisição da leitura/escrita, e o TDAH com o comprometimento da atenção e comportamento (OLIVEIRA, SOUZA, 2013).

No cotidiano escolar da contemporaneidade há detalhes que propiciam a invisibilidade de aprendizagem dos educandos, limitando o sentido da prática escolar e a relação pedagógica.

O processo de desqualificação da educação escolar perpassa pela subjetividade e a vulnerabilidade, contribuindo concomitantemente para a produção do fracasso escolar (MARTINS, 2013). Possivelmente, esse fracasso vem sendo justificado por uma carência cultural, desconsiderando o subjetivo e as vicissitudes sociais que corroboram com toda fragilidade da política pública educacional.

O cerne da política de exclusão sobre tudo a que se destina a população “pobre” vem do modelo de atuação que segrega a criança em sala de aulas especiais e classifica os aptos e não aptos. Esse modelo tem influência dos métodos antigos que a psicologia utilizava como testes para mensurar as capacidades individuais, padronizando-as em um contexto clínico de diagnóstico que hoje, a psicologia escolar evita ao máximo, prestando atendimentos nas escolas de forma preventiva e menos individualizante (GUZZO ET AL, 2010).

As práticas de ensino voltadas para uma perspectiva de inclusão refletem que:

Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e **o que podemos lhes oferecer de melhor** para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades. As escolas devem ser espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas [...]. (BRASIL, 2004, p. 39, grifo meu).

Os preceitos existentes na declaração de Salamanca (1994) pontuam sobre os educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem, considera ainda em específico os da educação especial. Esse documento norteia as políticas de inclusão para garantir o acesso dos que se encontrarem excluídos do processo de escolarização.

Assim, pelo viés da valorização e respeito à subjetividade do aluno, entendemos a relevância de promover atividades escolares diferenciadas, fomentar o uso Projeto Político Pedagógico em práticas de atuação pedagógica significativa (NUNES, 2014).

Metodologia

O estudo de caso foi realizado mediante uma análise de dados, em março de 2017, em uma Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental que atende 348 alunos, objetivando evidenciar quais métodos didáticos são utilizados pelo professor para identificar os educandos com dificuldades de aprendizagem, verificando as práticas educacionais utilizadas para promover o aprendizado dos mesmos.

A fim de obter informações que respondessem ao objetivo do estudo, foram realizadas duas visitas a escola, onde possibilitou coletar algumas informações por meio de uma entrevista semiestruturada partindo de apontamentos norteadores com a coordenadora pedagógica, vice-diretora e orientadora educacional, professor de sala de recurso multifuncional e professores atuantes. Na oportunidade, foram feitas observações in loco, análises documentais dos diagnósticos, laudos emitidos, quais educandos fazem uso de medicação, na intenção de conhecer o perfil dos educandos com dificuldades de aprendizagem.

Resultados

Ao fazer o primeiro diálogo e observação, as informações obtidas revelaram que os professores juntamente com a coordenação da escola evidenciam as dificuldades por meio de conselho de classe, momentos no reforço escolar e observação do comportamento em um período de 06 meses. Não obtendo avanços, a orientação educacional socializa com psicólogo escolar do município os casos de educandos que apresentam dificuldades, posteriormente os responsáveis são requisitados e orientados a procurar uma avaliação médica para o educando. Segundo Guarido (2008, p. 13):

É comum que professores e coordenadores professem diagnósticos diante da observação de certos comportamentos das crianças, especialmente de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e as encaminhem para a avaliação psiquiátrica, neurológica e/ou psicológica.

Com relação à demanda, dos 348 educandos de 1º ao 5º ano que frequentam esta escola, 38 alunos, são institucionalmente considerados com dificuldades de aprendizagem. Percebeu-se, que 21 estavam em uma lista de alunos atendidos em sala de recurso, no qual 16 educandos apresentavam laudo médico. Não obstante, foi identificado que apenas 13 desses educandos com laudos deveriam ser atendidos em sala de recurso multifuncional, segundo a nota técnica SEESP/GABnº11/2010. Lembrando que 05 alunos da referida lista não apresentam laudo.

Em outro momento, a equipe escolar pontuou sobre a dificuldade de aprendizagem de 17 educandos. Então evidenciou-se que 22 educandos (sem laudo) são considerados com dificuldade de aprendizagem e que os 16 educandos com laudo, 03 perante a nota técnica citada acima, não são considerados alunos de sala de recurso. Apreciamos o

conteúdo dos laudos, Dislexia e/ou TDAH e refletimos o discurso que versa sobre os problemas de aprendizagem apresentado pelos 03 alunos.

Diante das observações e diálogos com os educadores da escola, é inegável que esse mesmo discurso se estenda aos 22 educandos sem laudo, ponderando a forma como avaliam os mesmos e que recorrem à sala de recurso como auxílio pedagógico, pois a equipe considera propício um acompanhamento mais individualizado. Guarido (2008, p. 19) fomenta que “[...] faz parte do senso comum a ideia de que uma criança tenha, por exemplo, dificuldades de aprender a ler e escrever por ser hiperativa, por apresentar déficit de atenção, dislexia, ou por viver numa família considerada desestruturada”.

A escola afirma que utiliza avaliação oral e escrita diferenciada, considerando-as como um meio para promover o ensino-aprendizagem do educando que apresenta dificuldade, a fim de que o mesmo avance e acompanhe a turma de origem. Mas ao educando que apresenta algum laudo é oferecido à mesma didática no processo de ensino-aprendizagem. Percebe-se a dificuldade da realização de práticas inovadoras, no entanto Díaz provoca uma reflexão quando valoriza:

[...] a influência da interrelação entre alunos e professor no processo da aprendizagem também constitui um elemento motivacional no trabalho pedagógico, pois tal vínculo, que passa por relações múltiplas como podem ser, de aceitação, tolerância e identificação, baseadas em conhecimentos e afetos tanto individuais como grupais, pode motivar ou desmotivar a gestão do professor. (DÍAZ, 2011, p. 225).

Nota-se que a escola tem proporcionado atendimentos via sala de recurso independente de laudos, sendo utilizada como instrumento relevante e primordial para atender e solucionar indícios de dificuldades de aprendizagem. Todavia, a mesma é regulamentada por documentos oficiais que direcionam uma demanda específica de atendimento.

É comum a instituição escolar considerar as dificuldades de aprendizagem como Dislexia e TDAH, pois se enquadram em problemáticas relacionadas à leitura, escrita e comportamento. A escola prepondera à relevância da busca por laudo para que assim saiba como atender o educando de forma diferenciada. Não obstante, a mensuração desses dados possibilitou um repensar quanto à relevância de um laudo de Dislexia e/ou TDAH, pois a escola demonstra que consegue identificar as mesmas dificuldades de aprendizagem no educando não laudado, bem como exerce práticas e instrumentos similares quando a criança apresenta dificuldades. Moysés e Collares (2014, p. 79) falam de:

[...] pessoas normais, saudáveis, que apenas apresentam dificuldades nos processos de escolarização e nos modos de se comportar, pessoas que manifestam comportamentos e modos de aprender distintos do padrão uniforme e homogêneo considerado normal.

A identificação dos diagnósticos de TDAH e Dislexia, categorizado como deficiência/doença e demanda de sala de recurso, segundo Collares e Moysés (2013) evidencia um processo patologizante das queixas escolares advinda de preceitos históricos.

Conclusões

Através deste estudo foi possível evidenciar que é promovido para os 38 educandos considerados com dificuldades de aprendizagem, avaliação/prova diferenciada, atendimento em sala de recurso. A escola oferece aula de reforço, utilizam a biblioteca, sala de informática, porém tais recursos só foram verbalizados pela equipe superficialmente, após questionamentos a fim de conhecer como esse momento e espaço estavam sendo aproveitado.

No contato com a escola, foi possível constatar que as mazelas do ensino público no que tange a salas lotadas, falta de professor, barreiras arquitetônicas, ambiente disfuncional para realização do reforço, são intervenientes que possivelmente corroboram com a não superação das dificuldades.

É inegável que às dificuldades de aprendizagem estão sendo discutidas rotineiramente no contexto escolar. Sendo assim, nota-se que os modelos atuais para orientação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam dificuldades, encontram-se fragilizados e fragmentados pela falta de conhecimento e técnicas docentes, pois no que tange as dificuldades de aprendizagem há uma multiplicidade desordenada de teorias, conceitos, critérios avaliativos, bem como, a utilização de termos (distúrbios, transtornos, problemas, dificuldades) que comumente são utilizados de forma inadequada.

Foi possível identificar a dificuldade da escola em lidar com propostas pedagógicas de promoção da aprendizagem e a limitação no modelo de atuação da gestão. É notório que sala de recurso vem sendo utilizada frequentemente com uma expectativa de promoção da aprendizagem dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Faz-se relevante pensar sobre a influência das políticas educacionais, considerar que as práticas sociais causam impactos na formação da subjetividade do indivíduo, pois em meio ao contexto das dificuldades de aprendizagem, o educando com dificuldade não tem se beneficiado da escola que está sendo oferecida.

Referências

BRASIL. **Nota Técnica-SSESP/GAB/nº 11/2010.7** de maio de 2010. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

_____. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

COLLARES. C. A. L., MOYSÉS, M. A. A., (Org). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas, SP, Mercado das Letras, 1. Ed., 2013.

DIAZ, F. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GUARIDO, R. **A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 27-39, 2010.

_____. **“O que não tem remédio, remediado está”**: medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação. USP, São Paulo, 2008.

GUZZO, R. S. L. (Orgs). **Psicologia e educação no Brasil**: uma visão da história e possibilidade nessa relação. Psic.: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, p. 131-141, 2010.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP, Autores Associados, 2013.

NUNES, N. M. B., (Org). **A inclusão escolar em Ariquemes-RO**. In: TADA, I. N. C., MAROLDI, A. M. Psicologia escolar e processos educativos: reflexões críticas. Curitiba. Appris, p. 149 – 163, 2014.

PATTO, M. H. S. **O fracasso escolar como objeto de estudo:** anotações sobre as características de um discurso. Cad. Pesq., São Paulo, p. 72-77, maio 1988. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/708.pdf>>. Acesso em: 10/03/2017

SILVA, J. F. **Educação e convivência:** elementos para uma discussão. In: TADA, I. N. C., MAROLDI, A. M. Psicologia escolar e processos educativos: reflexões críticas. Curitiba. Appris, p. 119-130, 2014.

SILVA, K. O. **Diversidade de gênero e aspectos educacionais na garantia de direitos.** Porto Velho, Unir, p. 1-38, 2016.

OLIVEIRA, F., SOUZA, M. P. R. **O que dizem os projetos de lei sobre dislexia e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade:** contribuições da psicologia escolar. In: COLLARES, C. A. L., MOYSÉS, M. A. A., (Org). Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos. Campinas, SP, Mercado das Letras, 1. Ed., 2013.